

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM RESPOSTA AO ATIVISMO DIGITAL DE ERIKA HILTON EM RELAÇÃO À UNIÃO HOMOAFETIVA

### DISCURSIVE STRATEGIES IN RESPONSE TO ERIKA HILTON'S DIGITAL ACTIVISM REGARDING SAME-SEX MARRIAGE

Emerson Fernando Rasera<sup>1</sup>

Maria Fernanda Costa Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** O ativismo digital, especialmente no Twitter (X), amplia debates políticos e potencialmente influencia opiniões públicas. Este estudo teve como objetivo caracterizar as estratégias discursivas em 2.380 tweets relacionados ao ativismo de Erika Hilton em defesa da união homoafetiva em 2023. Foram observadas quatro estratégias: a idealização de Erika; a resistência ao projeto de lei; a recusa da união homoafetiva com rejeição à comunidade LGBTQIA+; e a desqualificação preconceituosa de Erika. A análise buscou compreender como a mobilização de Erika no Twitter contribuiu para a construção de sentidos em torno do tema, revelando as disputas discursivas sobre a união homoafetiva.

**Palavras-Chave:** Política; Twitter; LGBT; Ativismo Digital; União homoafetiva.

**Abstract:** Digital activism, particularly on Twitter (X), expands political debates and potentially shapes public opinion. This study explored the discursive strategies present in 2,380 tweets related to Erika Hilton's 2023 activism in support of same-sex marriage. Four strategies emerged: the idealization of Erika; opposition to the bill; rejection of same-sex marriage accompanied by hostility toward the LGBTQIA+ community; and prejudiced disqualification of Erika. The analysis reflected on how Erika's mobilization on Twitter contributed to the construction of meanings around the topic, emphasizing the discursive tensions surrounding same-sex unions.

**Keywords:** Politics; Twitter; LGBT; Digital Activism; Same-sex marriage.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Psicologia – Universidade de São Paulo; Professor Titular – Universidade Federal de Uberlândia; E-mail: emersonrasera@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-2313>.

2 Mestre em Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia; Psicóloga Clínica; E-mail: mariaffec@outlook.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5661-080X>.

## Introdução

O Twitter se destaca como um espaço que amplia e dá visibilidade a temas e discussões políticas. Essa rede social tem sido palco para que questões políticas ganhem repercussão, potencialmente influenciando as opiniões dos indivíduos sobre os temas em discussão. Para os que acompanham líderes ou atores políticos, o Twitter proporciona contato direto, além de satisfazer o desejo dos usuários de participar ativamente do processo político, emitindo opiniões e questionamentos (Rossetto; Carreiro; Almada, 2013).

Na literatura, encontram-se diferentes estudos sobre o ativismo realizado no Twitter. Tanto políticos quanto grupos sociopolíticos utilizam essa plataforma não apenas como ferramenta de autopromoção, mas também para criar narrativas que engajem o público na luta por suas agendas (Engesser *et al.*, 2017; Margolin, 2022). Nesse sentido, quando figuras de relevância cultural na sociedade se engajam em temas importantes para elas e demonstram essa importância, isso pode promover e ampliar conversas culturais. Ao compartilharem seu envolvimento com o tema, essas declarações incentivam seus seguidores a responder, fomentam discussões sobre o assunto e abrem caminhos para diálogos mais amplos (Hon, 2015; Schmittel; Sanderson, 2015).

No Brasil, Erika Hilton, a primeira mulher trans negra eleita deputada federal em São Paulo, desempenha papel significativo no Twitter. Acumulando mais de 600 mil seguidores, ela constrói um espaço de resistência e enfrentamento aos discursos e às pautas contrárias à comunidade LGBTQIA+. Freitas (2023) e Abouid e Josephson (2023) analisaram o ativismo de Erika Hilton e apontaram que, ao ocupar diferentes espaços, ela desafia a hegemonia cissexista e os discursos da colonialidade. Por meio do ativismo digital, promove a circulação de denúncias e a conscientização sobre crimes LGBTQIA+fóbicos. Embora esses estudos tragam contribuições sobre seu modo de ser ativista política, não exploram as respostas dos seguidores e as interações diante de seu ativismo.

Compreender os papéis não apenas dos líderes, mas também daqueles que interagem no ativismo, torna-se fundamental. Conforme destacado por Batista (2012), o estudo desses papéis é essencial para compreender as nuances da participação política no contexto digital, que pode envolver mais do que a participação direta em manifestações públicas. Nesse sentido, ao participarem e se envolverem no ativismo liderado por figuras como Erika Hilton, os usuários contribuem para a criação, produção ou reprodução de valores socialmente existentes.

É importante notar que a crescente visibilidade promovida por esse ativismo digital tem sido acompanhada por notável ampliação de discursos conservadores e simbolicamente violentos, especialmente evidentes em publicações e interações nos comentários. Tais discursos podem ser caracterizados como discursos de ódio, pois são dirigidos a grupos historicamente discriminados e vulneráveis. No Brasil, a expansão desses discursos está correlacionada ao aumento de grupos reacionários no Congresso Nacional, bem como ao crescimento da influência da «bancada evangélica» (Dalmolin; Castilho; Feliciani, 2019). Ademais, é importante ressaltar que o Twitter realizou modificação em sua Política de Discurso Violento, removendo a seção que considerava o uso intencional de gênero errado ou o uso do nome de nascimento de pessoas transgênero como discurso de ódio. Essa alteração deixou pessoas trans, ativistas ou não, ainda mais desprotegidas (Freitas, 2023).

## 1 Erika Hilton e a União Homoafetiva

O Projeto de Lei (PL) 580/2007, proposto por Clodovil Hernandes em 2002, já buscava incluir a união homoafetiva no código civil. Ao longo dos anos, este projeto foi vinculado a outras propostas sobre o tema, sendo que apenas uma delas se opõe à união, o PL 5167/2009, de autoria do ex-deputado Capitão Assunção (PSB-ES). Foi exatamente essa proposta que, em 2023, o relator do PL 580/2007, o deputado Pastor Eurico (PL-PE), recomendou para aprovação perante a Comissão de Previdência, Assistência Social, Família, Infância e Adolescência da Câmara dos Deputados. O texto, fundamentado em argumentos bíblicos e biológicos, visa proibir a união homoafetiva, sustentando-se na ideia de que a família é heterocentrada, composta por uma mulher e um homem, com a finalidade de procriação. Portanto, qualquer legislação que trate de forma distinta a entidade familiar seria considerada inconstitucional e deveria ser excluída do sistema jurídico nacional (BRASIL, 2023). Sua recomendação foi apoiada pela maioria dos membros da comissão, com doze deputados favoráveis, enquanto cinco expressaram votos contrários (Salles, 2023).

Dentre os votos contrários, destaca-se o de Erika Hilton. A deputada liderou a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania e dos Direitos da Comunidade LGBTQIA+, a qual conta com o respaldo de mais de 210 parlamentares (Oliva, 2023). Além disso, Hilton utilizou seu perfil nas redes sociais, especialmente no Twitter (X), para divulgar o projeto e angariar apoio popular em relação a ele. O debate sobre a união homoafetiva gerou ampla mobilização, tanto no Twitter quanto em outros contextos, envolvendo

defensores e opositores, sendo um caso significativo para o estudo das características do ativismo digital de Erika Hilton.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo caracterizar as estratégias discursivas utilizadas por usuários do Twitter (X) em resposta ao ativismo digital de Erika Hilton em relação à união homoafetiva em 2023.

## 2 Método

Para a construção do corpus da pesquisa, foram selecionados tweets a partir do perfil da deputada Erika Hilton (@erikakhilton). Para ter acesso a uma ampla quantidade de dados sem a ocultação de possíveis tweets de ódio, um perfil específico foi criado no Twitter para essa finalidade. A coleta foi conduzida manualmente, em janeiro de 2024, por meio da leitura exaustiva dos tweets no perfil da deputada, publicados no período de setembro a outubro de 2023, durante a votação do projeto na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o qual, após a aprovação, foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos. Foram identificados 17 tweets da deputada que abordavam o tema do projeto de lei e 2.910 tweets de resposta.

No Twitter, as *replies* são respostas diretas a um tweet e representam uma das formas de interação oferecidas pela plataforma. Quando um tweet é respondido, o comentário fica visível logo abaixo dele. Se o perfil for público, qualquer pessoa pode ver a resposta, enquanto em perfis privados, apenas os seguidores têm acesso. A quantidade de *replies* exibida no perfil pode variar devido ao funcionamento do algoritmo do Twitter, que tem a capacidade de filtrar e restringir tweets considerados como spam ou provenientes de perfis fechados.

Para melhor contextualização da análise a ser realizada, na Tabela 01 encontra-se o resumo do conteúdo dos tweets de Erika, as datas em que foram publicados e o número de tweets de resposta coletados. Para a análise, não foram considerados os tweets que continham apenas: imagens ou vídeos sem descrições ou frases; emojis; links e/ou divulgação de propaganda. Dessa forma, a análise envolveu 2.380 tweets.

**Tabela 01** - Conteúdo dos tweets de Erika Hilton

N	Data	Conteúdo dos tweets	Tweets de Resposta
01	05/09	Informa sobre o projeto de lei. Com os dizeres “não passarão”, ela reafirma que, enquanto estiver no Congresso, bolsonaristas e fundamentalistas não conseguirão propagar ódio. Em anexo, uma foto de Erika levantando a bandeira LGBTQIA+.	315
02	12/09	Discorre sobre a votação de um requerimento que proíbe o projeto de lei de passar por audiência pública, explicando novamente o projeto e citando como aliados Pastor Henrique e Jean Wyllys.	77
03	18/09	Informa sobre a votação do projeto e se coloca como alguém que trabalhará para defender as existências da comunidade LGBTQIA+.	179
04	19/09	Conta que foi eleita como membra titular, juntamente com o Pastor Henrique, da Comissão da Família.	187
05	19/09	Comemora que foi possível evitar a votação do projeto naquele dia e que foi conquistada a audiência pública para ouvir a comunidade.	184
06	19/09	Relata uma situação de transfobia na Comissão da Família e promete que ela e a comunidade ocuparão cada vez mais seus lugares de direito.	214
07	26/09	Avisa sobre data, horário e local da audiência pública. Convida seus seguidores a estarem presentes. Cita a presença de pessoas representativas.	87
08	26/09	Informa sobre o início da audiência pública, fala sobre a inconstitucionalidade do projeto e reafirma a ocupação de espaços e a defesa dos direitos da comunidade.	188
09	26/09	Reproduz falas dos fundamentalistas na Audiência Pública e traça questionamentos e críticas a elas.	57
10	27/09	Anuncia a votação do projeto de lei. Afirma como lutarão para a não aprovação do projeto. Em anexo, vídeo de seu discurso.	89
11	27/09	Comenta sobre estar na Comissão da Família para lutar por direitos. Em anexo, foto de Erika juntamente com Fábio Felix, Pastor Henrique Vieira e Talita Petrone.	187
12	27/09	Discorre sobre seu voto e o do deputado Pastor Henrique, mencionando construção de uma garantia de direitos. Em anexo, vídeo do seu discurso.	183
13	27/09	Conta sobre o seu voto e se coloca, junto à comunidade, como resistência. Em anexo, vídeo do seu discurso.	185
14	27/09	Comemora adiamento da votação do projeto de lei.	199
15	10/10	Comenta sobre a votação do projeto na Comissão da Família, a OAB o considerar inconstitucional, e como isso será usado como argumento.	185
16	10/10	Anuncia seu voto contrário ao projeto de lei. Em anexo, vídeo do seu discurso.	212
17	10/10	Discorre sobre a aprovação do projeto de lei, sua inconstitucionalidade, e mudanças feitas por homofobia. Em anexo, vídeo do seu discurso.	182

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A Tabela 01 mostra que Erika utilizou o Twitter como plataforma para registrar e divulgar cada etapa do processo de votação do Projeto de Lei, no referido período. Além disso, em diversos tweets, ela se apresenta como defensora comprometida com a manutenção e a conquista de novos direitos. Observa-se que, por meio dos tweets, Erika não apenas informa seus seguidores e divulga seu trabalho, mas também se posiciona e posiciona aliados como representantes ativos e empenhados.

A análise foi conduzida a partir dos preceitos da análise temática. Conforme Braun e Clarke (2006), a análise temática é caracterizada pela exploração de conjuntos de dados com o propósito de identificar padrões de significado recorrentes. Este processo envolve a imersão nos dados por meio de revisões repetidas, a organização sistemática de códigos com base nas características identificadas, a identificação de temas a partir dos códigos gerados, a revisão dos temas para garantir sua relevância e singularidade, além da definição e rotulação dos temas para aprimorar os detalhes e esclarecer as definições. Por fim, a fase de elaboração do relatório inclui uma análise final relacionada à pergunta de pesquisa, à literatura pertinente e aos temas identificados, resultando na produção de um relatório de análise abrangente. Considerando isso, os 2.380 tweets foram lidos e identificadas 2.959 unidades de sentido. Estas, inicialmente, foram categorizadas em códigos, com base nas características identificadas. A partir da semelhança entre os códigos, foram agrupadas em distintos temas.

Considerando a flexibilidade epistemológica proposta pela análise temática, a análise inspirou-se também em uma perspectiva discursiva, em uma visão da linguagem como ação (Burr, 1995). Assim, o que é dito/escrito é analisado a partir de sua função no contexto discursivo. As pessoas são concebidas como usuárias da linguagem que utilizam diferentes recursos linguísticos (combinando conteúdos/tópicos, gêneros e estilos) para atingir variadas finalidades interacionais. Essa relação entre tais recursos e suas finalidades constitui as estratégias discursivas. Nesse estudo, os tweets foram analisados de forma a compreender como os usuários utilizavam determinados tópicos na construção das estratégias discursivas, visando um engajamento específico, em uma disputa discursiva em relação ao tema proposto por Erika Hilton em seu perfil.

Mantivemos a confidencialidade dos nomes e *usernames* dos usuários que responderam a Erika Hilton, com exceção da deputada, por ser uma figura pública. Partimos do entendimento de que, embora os dados sejam públicos, as pessoas que interagem não o são. De acordo com Recuber (2021), essas pessoas podem não estar cientes de que seus *usernames* podem ser expostos em pesquisas acadêmicas.

### 3 Análises

A análise produziu quatro estratégias discursivas utilizadas pelos usuários do Twitter em resposta ao ativismo digital da deputada, organizadas da seguinte maneira: a) A idealização de Erika; b) A resistência ao projeto de lei; c) A recusa da união homoafetiva e a rejeição à comunidade LGBTQIA+; d) A desqualificação preconceituosa de Erika. Na Tabela 02, é possível visualizar a organização por estratégias e tópicos observados em cada uma:

**Tabela 02.** Estratégias discursivas e tópicos utilizados pelos usuários do Twitter

Estratégias	Tópicos	Unidades de sentido	Total
A idealização de Erika	Construção da imagem de Erika como:		1551
	Mãe	720	
	Diva	283	
	Heroína	492	
	futura Presidenta	56	
A resistência ao projeto de lei	reconhecimento da precariedade dos direitos LGBTQIA+;	161	1064
	crítica às definições biologicistas e heteronormativas de família;	433	
	identificação dos opositores e o uso de argumentos bíblicos;	112	
	convocação de membros para serem participantes ativos na luta;	185	
	acolhimento de dúvidas e críticas às formas de defesa.	173	
A recusa da união homoafetiva e a rejeição à comunidade LGBTQIA+	ridicularização dos pleitos por direitos;	36	231
	definição de família em bases religiosas e biológicas;	101	
	afirmação de uma perspectiva heteronormativa da comunidade LGBTQIA+;	30	
	representação da comunidade como ameaça	36	
	exaltação a políticos que lutam contra os direitos da população LGBTQIA+;	28	
A desqualificação preconceituosa de Erika	ironização do ser 'diva';	07	113
	espetacularização do erro;	26	
	ridicularização da linguagem neutra e de sua representatividade;	33	
	ataque à transexualidade (anatomia, pronomes masculinos e emocionalidade excessiva, e aparência).	47	

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A análise da Tabela 02 revela que as respostas são majoritariamente compostas por manifestações de apoio presentes nas duas primeiras estratégias (2.615), enquanto os ataques das duas últimas estratégias são menos frequentes (344). Isso sugere que os *tweets* são predominantemente originados por potenciais membros de sua base eleitoral e seus admiradores. Ademais, observa-se um equilíbrio relativo entre os *tweets* referentes a Erika e aqueles sobre o casamento, com uma leve predominância no número de *tweets* voltados para Erika, o que sugere um engajamento decorrente da relevância do tema, mas, especialmente, pelo vínculo com a deputada.

A organização desses tópicos permite melhor compreensão das diferentes estratégias discursivas utilizadas em relação ao ativismo de Erika Hilton e à união homoafetiva, as quais serão apresentadas a seguir:

### ***A idealização de Erika***

Essa estratégia envolve as diferentes formas com que a imagem de Erika é valorizada e fortalecida pelos usuários. Nos *tweets*, ela é descrita como mãe, protetora e defensora, uma diva inspiradora, uma heroína a quem poderiam recorrer, e uma futura presidenta que traz esperança de um futuro melhor.

Na comunidade *queer*, o termo ‘mãe/mamãe’ tem sido empregado como a expressão máxima de elogio, simbolizando o lugar de carinho e reconhecimento que a pessoa em questão ocupa. Nesses *tweets*, é possível associar tal expressão à ideia de proteção, evocando a cultura Ballroom, na qual a ‘mãe’ de uma Casa é uma líder comunitária que acolhe jovens LGBTQIA+, oferecendo orientação e cuidado (Chery, 2023). A cultura *Ballroom* é um movimento de resistência LGBTQIA+ criado por mulheres trans afro-latinas em Nova Iorque na década de 1970, constituindo-se em um conjunto de práticas ritualizadas, com formação de grupos de parentesco (*houses*), bailes de competições (*balls*) e um sistema de gênero próprio que proporcionam acolhimento e expressão identitária para corpos marginalizados (Santos, 2018).

Os *tweets* enfatizam o uso da palavra ‘mãe/mamãe’ e exemplificam o lugar de importância ocupado por Erika no imaginário dos usuários: “erika vc eh minha mãe” (Resposta ao Tweet nº.15 de Erika Hilton -- RT15); “Mamãe sendo gigante como sempre S2” (RT17); “Casa Hilton cada vez mais forte! Estamos juntos!” (RT01); “É por isso que eu sirvo a House of Erika Hilton” (RT01).

A comunidade estabelecida dentro de uma Casa é fortalecida por meio dos bailes, que se destacam pela sua ênfase na glamourização. De maneira semelhante, para enfatizar a relevância de Erika, os usuários a associam a figuras conhecidas por suas performances grandiosas como Beyoncé,



Solange Knowles e Urias: “Comecei o dia, escutando o louvor que você fez com a sua irmã Beyoncé.” (RT11); “a beyonce da nossa política brasileira” (RT11); “pra cima deles deputada urias” (RT06); “Eu amo a diva demais” (RT16); “Kinga” (RT05). Sua representação como diva pop não parece ser apenas uma tentativa de glamourizar sua posição, mas sugere o potencial impacto que essas figuras têm sobre a cultura e a sociedade. A influência das divas pop vai além dos limites da indústria do entretenimento, impactando a percepção social e contribuindo para a criação de narrativas de empoderamento e visibilidade para grupos historicamente marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+.

Para além de uma mãe, uma personalidade pop, Erika é colocada pelos usuários como uma guerreira disposta a defendê-los: “Você é uma guerreira rainhaaa, te amoo” (RT13); “Vc é minha super heroína ♡” (RT10); “X-MONA” (RT01); “Faça l que for possível ♡” (RT01); “acaba com eles, queen” (RT07). No incentivo à sua atuação como heroína, os usuários fazem uso de imperativos como estratégia linguística para convocar Erika a desempenhar papel ativo na batalha contra a retirada de direitos. Nesse cenário, os usuários parecem assumir postura passiva, aguardando defesa e salvação, assemelhando-se a narrativas de super-heroínas enfrentando monstros e vilões. Essa dinâmica é ainda mais evidente no tweet “X-Mona”, uma referência ao filme “X-Men”. Nota-se que, ao adotarem essa abordagem, é implicitamente sugerido que o ativismo político da deputada é suficiente para impedir o retrocesso: “Contamos com você, deputada 🙌🏻 ♡” (RT01); “erika confiamos em você e em todos que estão ao seu lado ♡” (RT01); “Meu marido é eu agradecemos o empenho de vcs. Muito obrigado.” (RT12).

Adicionalmente, a deputada foi retratada como alguém a quem se pode recorrer diante de ameaças, havendo expectativa em relação a uma possível candidatura à presidência por parte de Erika: “(...) obrigada por tudo futura presidenta!” (RT17); “Nós precisamos de você como nossa Presidenta! Necessária demais.” (RT06); “Espero que um dia você seja presidenta da república! ♡” (RT17). O lugar de Erika como salvadora de uma nação é fortalecido, destacando suas qualidades e habilidades percebidas como necessárias para liderar o país, como a sua existência acalentadora diante de momentos de opressão. Assim, a esperança parece representar um forte desejo por representatividade e proteção.

A estratégia de idealização de Erika Hilton por parte de seus seguidores pode ser vista como forma de mitigar os desafios e ataques que ela enfrenta tanto na Câmara dos Deputados quanto no *Twitter*. A valorização incondicional de Hilton pode ser interpretada como mecanismo adotado

por seus seguidores para fortalecer e legitimar sua figura, amplificando sua voz e sua luta no cenário político. Essa idealização pode funcionar como escudo simbólico, protegendo-a das críticas e proporcionando apoio moral e emocional que reforça sua posição de liderança.

### **A resistência ao Projeto de Lei**

Esta estratégia mostra como os usuários contrários ao projeto de lei que limita o casamento a relações heteroafetivas se organizaram em resposta à mobilização de Erika. Essa organização envolve diferentes tópicos, tais como: o reconhecimento da precariedade dos direitos LGBTQIA+; a crítica às definições familiares pautadas em argumentos biologicistas e heteronormativos de família; a identificação dos opositores e uso dos mesmos argumentos; convocação à participação na luta pelos direitos LGBTQIA+; e o acolhimento de dúvidas e as críticas às estratégias de defesa utilizadas.


Os usuários utilizaram o espaço para expressar o reconhecimento da precariedade dos direitos da comunidade LGBTQIA+. Expressões de tristeza, medo e desamparo transmitiam a sensação de não pertencimento e inadequação: *“É muito triste ter que ficar de tempos em tempos revalidando nossos direitos.”* (RT10); *“É tão cruel com a gnt ter que ver essa discussão sendo pautada. Como assim querem discutir se podemos ou não casar?”* (RT14); *“estou com medo ♡”* (RT16). Esse reconhecimento da precariedade combate discursos sociais que postulam não haver diferença e, portanto, necessidades específicas dessa comunidade.

Os usuários reafirmam a própria definição de família e tecem críticas às definições pautadas em argumentos biologicistas e que se prendem a uma estrutura heteronormativa de gênero e sexualidade: *“(...) Minha mãe tinha flacidez no colo do útero, não conseguia engravidar. Me adotaram com meses de idade. Essa gente só quer pretexto pra manter a chama do ódio acesa.”* (RT08); *“kkkkkkk sou gay, meu filho tem 14 anos. (...) Somos uma família como tantas outras, mas essa gente não fala sobre pautas reais...”* (RT08). Ao questionarem tais definições, os usuários estão defendendo a validade de suas próprias experiências familiares e de relacionamento. Observa-se ainda que não são apenas pessoas da comunidade LGBTQIA+ que compartilham suas experiências, mas também indivíduos que vivenciam relacionamentos heteroafetivos. Estes últimos empregam suas vivências para fundamentar críticas, evidenciando suas estruturas familiares que se distanciam do padrão tradicional. Além disso, essa dinâmica parece mostrar uma forma de solidariedade e apoio, uma vez que os usuários utilizam privilégios associados aos relacionamentos heterossexuais para embasar a crítica.

Essas críticas estabelecidas pelos usuários colocam como ameaçadores dos seus direitos os fundamentalistas religiosos representantes do Congresso: *“Deixem evangélicos em espaço de poder e eles começam a estabelecer o seu projeto de evangelistão”* (RT02); *“Até porque o Jesus deles nasceu de Maria que foi inseminada artificialmente, por isso ela continuou sendo virgem. Aí já estão desconsiderando o fato deles serem família também pois o marido de Maria, José, não se relacionou com ela para procriar o tal messias!”* (RT02). Uma estratégia utilizada para desacreditar os argumentos dos defensores do projeto foi adotar as mesmas ideias. Os defensores do projeto se baseavam em preceitos religiosos, e seus opositores também recorriam a passagens da Bíblia. O uso dos mesmos argumentos evidencia que não existe uma verdade absoluta em relação ao conhecimento, uma vez que o que está em jogo é a interpretação.

Outra forma de resistência ao projeto de lei é a convocação para participação na luta pela preservação dos direitos LGBTQIA+. Os usuários recorrem a convocações como estratégia para demandar a proteção e o suporte que lhes foram previamente prometidos, seja por parte de artistas que recebem apoio da comunidade LGBTQIA+ ou de políticos que basearam suas campanhas eleitorais na promessa de defesa das minorias. Da mesma maneira, outros usuários buscam fazer apelos e sensibilizar a própria comunidade: *“@LulaOficial faça alguma coisa presidente! Isso sim absurdo nos dias d hoje!”* (RT16); *“Gente, pelo amor de Deus, cadê o lula, os artistas, a globo, os jornais?????”*; *“Bora movimentar as redes para esse absurdo nunca ser aprovado!”* (RT02); *“Nenhum direito a menos!”* (RT13); *“Não passarão.. 🇧🇷🇧🇷🇧🇷”* (RT1). Além disso, os apelos pela manutenção dos direitos são enfatizados pela repetição de frases como “nenhum direito a menos” ou “não passarão”, as quais ecoam como gritos de guerra, fortalecendo os ‘combatentes’ na luta. No entanto, cabe reconhecer que, embora esse movimento possa refletir como gritos de guerra, também pode indicar uma participação simplória de ativismo, limitando-se ao cumprimento de um protocolo que é constantemente reproduzido por todos.

Os usuários também encontram um espaço no perfil de Erika para expor dúvidas e traçar críticas à forma de defesa utilizada. Eles questionam o impacto do projeto, como acompanhar as votações e como se mobilizar contra ameaças aos seus direitos. Também fazem ponderações críticas, sugerindo que a mobilização pode não ser necessária devido à inconstitucionalidade do projeto, ou apontando alternativas mais viáveis para enfrentá-lo: *“Gente, o que quer dizer uma lei inconstitucional?”* (RT17); *“Isso quer dizer que não vamos mais poder casar?”* (RT15); *“Não há necessidade de tanta luta. O STF já decidiu que pode, se por ventura a lei for aprovada, basta acionar o STF que ele derruba*

essa loucura ” (RT01); “Chamar quem discorda de fundamentalista só gera mais ódio e atrapalha o debate” (RT08); “acho que ta na hora de perceber que cantar vitória antes do tempo dá azar, esse negócio de ‘é inconstitucional’ é amadorismo, no Brasil a lei não é levada a sério.” (RT16). Além disso, parecem trocar informações e apoio mútuo, buscam esclarecimentos, compartilham recursos e fortalecem sua resistência coletiva contra políticas discriminatórias e injustas. Em contraste, há usuários críticos do ativismo, expressando desânimo em relação ao futuro e até minimizando certos avanços destacados por Erika e outros usuários.

### **A recusa da União Homoafetiva e a rejeição à comunidade LGBTQIA+**

Nesta categoria, é analisada a estratégia utilizada para negar a união homoafetiva e rejeitar a comunidade LGBTQIA+. Os usuários empregam diversos tópicos, incluindo a ridicularização dos pleitos por direitos; a definição de família em bases religiosas e biológicas; a afirmação de uma perspectiva heteronormativa da comunidade LGBTQIA+; a representação da comunidade como ameaça; e a exaltação a políticos que lutam contra os direitos da população LGBTQIA+.

Ao ridicularizar os pedidos de manutenção da união homoafetiva, os autores dos tweets desvirtuam o debate ao associar o amor e a igualdade a elementos como objetos, animais e personagens: “Eu quero casar com minha geladeira... Também vou reivindicar a união civil entre homem e geladeira...” (RT04); “Me ajuda: amo muito minha tartaruga Florbela e quero me casar com ela. Liberem o casamento interespécie! Direitos iguais!” (RT11); “Quero casar com uma personagem de anime. Posso? Espera, com uma barata. Não quero me casar com um poodle. O que vale não é o amor?” (RT07). Ao converter os apelos por igualdade em alvos de zombaria, os usuários tentam minar a sua legitimidade, comparando o amor presente em relacionamentos homoafetivos ao afeto por animais, personagens ou objetos. Nessa perspectiva, não só ridicularizam as demandas, mas também diminuem a relevância das relações homoafetivas.

A religião e a biologia emergem como fontes centrais de argumentação, delineando as concepções sobre casamento e família, como observado nos tweets a seguir: “Casamento abençoado por Deus só entre homem e mulher.” (RT03); “Casamento é UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA dois IGUAIS JAMAIS SERÃO UM CASAL, portanto NÃO EXISTE CASAMENTO GAY.” (RT03); “Se colocar esses tais casais em uma ilha deserta, após 100 anos a ilha estará deserta sempre, homem com homem não procria, isso não é preconceito, é realidade, é fato. Fim” (RT01); “Renega cabelo, gênero, família... A vantagem que não se reproduzem, logo estarão extintos. logo, logo,,” (RT01). Ao recorrer

à religião e à biologia para se oporem à união homoafetiva, os usuários estão empregando uma forma de invalidação. Eles tentam desacreditar os argumentos e reivindicações da comunidade LGBTQIA+ enquanto procuram validar suas próprias visões como moralmente superiores ou cientificamente fundamentadas. Essa abordagem busca minar a legitimidade das demandas por direitos iguais e, ao mesmo tempo, reforçar uma perspectiva conservadora sobre a instituição do casamento e da família.

Por outro lado, determinados usuários postularam uma conformação heterossexista da comunidade LGBTQIA+, seja pela abdicação do pleito por direitos ou pela simplificação homogeneizante da comunidade. Nesse sentido, a implicação seria que os integrantes dessa comunidade deveriam assimilar-se à norma predominante: *“Que saudade da Roberta Close! Anos 80, maravilhosa, respeitadíssima por todos, chegou onde quis (por mérito próprio), brilhou ... e tudo isso sem necessidade de lacração.”* (RT09); *“A SOCIEDADE TEVE CLODOVIL E ROBERTA CLOSE EM REDE NACIONAL E NUNCA FOI PROBLEMA POR QUE ELES SEMPRE OCUPARAM O ESPAÇO QUE ERA DELES.”* (RT01). Quando os usuários mencionam que personalidades como Roberta Close e Clodovil não representavam um problema e ocupavam um espaço próprio, sugerem que eles foram aceitos e celebrados dentro de um espectro limitado que não ameaçava fundamentalmente a ordem estabelecida.

Nesse mesmo sentido, nota-se a defesa de uma abordagem simplificada e binária, ignorando a variedade de identidades e orientações sexuais existentes: *“LGTVHDMI720p”* (RT09); *“Mas com essa sopa de letrinhas, fica mesmo difícil de entender quem é o que.”* (RT09); *“Porquê vocês não simplificam a sigla LGBTQIA+? Tipo -H É só uma sugestão”* (RT09). Essas críticas revelam uma centralidade da heterossexualidade, em que a discussão em torno de questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+ é enquadrada a partir de uma perspectiva heterossexual. A sugestão de simplificar a sigla para ‘-H’ sintetiza essa visão, categorizando tudo que não é heterossexual sob um único rótulo genérico. Isso fortalece a concepção de que a heterossexualidade é o padrão normativo, enquanto qualquer outra orientação sexual ou identidade de gênero é vista como uma exceção ou desvio desse padrão.

Além disso, uma estratégia recorrente é representar a comunidade LGBTQIA+ como ameaça aos ‘valores tradicionais’ e à segurança das crianças. Dessa forma, busca-se influenciar a percepção pública ao construir uma imagem negativa da comunidade LGBTQIA+: *“Deixem nossas crianças em paz !!”* (RT10); *“Tomem vergonha seus medíocres, vão fazer algo de útil pra sociedade, parem de molestar as famílias e as crianças seus hipócritas. (...)”* (RT02); *“Pais e*

mães ! Não Deixem suas crianças irem a rua” (RT08). Tais argumentos buscam estigmatizar a comunidade ao associá-la a práticas consideradas moralmente condenáveis, como a de molestadores. Essa associação visa legitimar o ataque e afastar possíveis apoiadores do movimento LGBTQIA+.

Por fim, outros usuários atuam na valorização da defesa do projeto de lei por meio da exaltação a políticos que lutam contra os direitos da população LGBTQIA+ no Congresso e defendem o projeto: “*Infelizmente ainda não sei o nome desse nobre deputado, mas pesquisarei e FAREI CAMPANHA DE GRAÇA pra ele nas próximas eleições. Ao menos um com culhões pra peitar a militância colorida no Congresso. (...)*” (RT01); “*Em defesa da democracia.*” (RT03); “*Parabéns ao @PastorEurico*” (RT01); “*Salve Levy Fidelix!*” (RT01); “*😊 O problema, Que: O antinatural é minoria. 🗳️ 😊 como ganhar uma votação se entra a democracia, e a maioria vence! 🗳️ 😊*” (RT01). Observa-se nos tweets a referência a políticos brasileiros que proferiram declarações desqualificando e atacando a comunidade LGBTQIA+, seja categorizando-a como antinatural ou promovendo a noção de que uma minoria deve ceder perante a maioria. Os usuários reproduzem tais afirmações e encontram nelas suporte e representatividade para disseminar sentimentos de ódio.

O tom dessas declarações busca retratar a militância LGBTQIA+ como opressiva para os cis-heterossexuais, enquanto os opositores são glorificados como uma resistência a essa suposta opressão. Dessa forma, a homolesbotransfobia é instrumentalizada para sustentar uma narrativa de vitimização dos conservadores, legitimando atitudes discriminatórias e intolerantes sob o pretexto de defesa da democracia e dos valores tradicionais.

### **A desqualificação preconceituosa de Erika**

Essa estratégia abarca os ataques recebidos por Erika por meio de um conjunto de tweets que parecem ter como objetivo principal desqualificar a deputada e suas falas a partir, principalmente, do preconceito transfóbico. Nesse ponto, os tópicos identificados foram: ironização de sua caracterização como diva; espetacularização do erro; ridicularização da linguagem neutra e o questionamento de sua representatividade; ataque à transexualidade.

Em relação à ironização de sua caracterização como diva, enquanto alguns usuários fazem referência a uma celebridade para enaltecer sua imagem, outros expressam críticas e sarcasmo em relação a essa associação, sugerindo dúvidas sobre sua relevância ou desempenho: “*Beyonce da shopee*” (RT12); “*Falou a tentativa de bionce tupiniquim.*” (RT08); “*O que precisamos são governantes que honrem o salário que ganham (...) e não um lixo que só serve pra bater cabelo*” (RT07). Percebe-se que há a tentativa de desqualificar








Erika enquanto pessoa, profissional e representação. No tweet “Beyoncé da Shopee”, a comparação constante com Beyoncé é utilizada como forma de desmerecimento, à medida que o uso da marca ‘shopee’ indica ser alguém de qualidade inferior, não-original. O último tweet apresenta uma crítica mais ampla à atuação de Érika, sugerindo que ela é superficial e incompetente, sendo sua única habilidade a de ‘bater cabelo’. Essas observações ilustram como a construção das imagens/representações de uma figura pública atua dentro de uma disputa política. Se antes ter uma postura associada a ‘diva’ era digno de elogios, aqui, essa mesma postura é utilizada como forma para desacreditá-la e questionar a sua competência.

A atuação de Erika como representante no congresso foi desacreditada através da espetacularização do erro. Assim, um simples erro de português foi explorado para rotulá-la como ‘burra’ ou até mesmo mau-caráter: “Ué se vc não se casar vc não irá e existir mais? Kkkkkkkk como conseguiu ser eleita?” (RT03); “Primeiramente, meus cumprimentos” (RT06); “Não sabe nem a diferença de “cumprimento” e “comprimento” kkkkkk (...)” (RT06); “Dados que são vozes da sua cabeça quanta ciência e sabedoria nessa fala.” (RT10); “E eu pago essa porra ainda. PQP” (RT14). Erika é retratada como alguém sem conhecimentos e seus equívocos são intensificados e utilizados como meio de questionar sua participação na esfera política. Os erros cometidos são usados como munição e justificativa para questionamentos sobre sua eficácia no trabalho e o uso do dinheiro pago a ela.

Outro tópico utilizado para desqualificar Érika foi a ridicularização da linguagem neutra e o questionamento de sua representatividade na comunidade LGBTQIA+. A linguagem neutra utilizada por Erika é colocada como absurda ou sem sentido: “Todes e Nescauzes são achocalatades!” (RT04); “Todes não existe !!!! Já começou errado 🤔🤔🤔🤔🤔” (RT04); “Procurei no dicionário e não achei o significado de todes.” (RT04); “Todes esse país é uma piada, tem deputado tipo você que merece ser cassado!” (RT04); “Tadinhe!” (RT08). Essa forma de ridicularização busca desacreditar Érika ao vincular sua postura inclusiva a uma suposta falta de seriedade e competência. Além disso, é retratada como alguém que enfraquece a causa, sendo considerada uma vergonha para a comunidade LGBTQIA+: “não tá garantindo nada vida, apenas enfraquecendo outras causas realmente relevantes, a troco de nada. é uma piada dentro da “comunidade”, fora então...” (RT05); “Os GLBT nunca tiveram espaço no governo da esquerda! Por favor! (...) Eu como get tenho vergonha de vc” (RT11). É possível observar que vários usuários se colocam como gays, buscando legitimar o ataque ao dar a impressão de que as críticas vêm de um lugar de autoridade, uma vez que são originadas de dentro da própria comunidade.



O ataque à transexualidade de Érika é uma das formas mais explícitas de sua desqualificação pelos usuários. Isso se manifesta por meio do questionamento de sua genitália, do uso de pronomes masculinos e uma emocionalidade excessiva, e da crítica à sua aparência por não se conformar aos estereótipos femininos. A negação de sua transexualidade baseia-se principalmente na biologia do corpo, usada para afirmar o binarismo e desconsiderá-la com base em concepções anatômicas: “Vc lava o pinto do seu marido e ele lava o seu pênis, deputada?” (RT11); “deputada, a sra lavou o pinto hj de manhã?” (RT10). O questionamento da genitália de Érika revela uma visão de identidade centrada na genitalidade, buscando reforçar a existência de um binarismo de gênero e excluindo outras formas de expressão e performance. Ao reduzir a identidade de Érika à sua genitália, esse tópico tenta mostrar uma suposta incongruência em sua transexualidade, como se a verdade absoluta estivesse oculta em sua anatomia, desqualificando assim sua afirmação identitária.

Baseados nesse mesmo princípio, os usuários escolhem usar pronomes masculinos e referem-se a ela como “homem”. Além da tentativa de negar sua identidade, o tom argumentativo adota postura provocativa ao empregar conscientemente pronomes masculinos, acompanhando as mensagens com pedidos de calma. Essa combinação parece visar provocar uma reação emocional, adicionando ironia e sarcasmo à interação: “     chora mais... q o choro e livre agora ta ai bravininho. chora mais” (RT16); “Isso aí deputado, bora trabalhar homem!!!” (RT13); “Deixa de ser patético, deputado.” (RT08); “Quieto traveco” (RT09); “Sério amigo?” (RT04); “Relaxa amigo  ” (RT08). Adicionalmente, os pedidos de calma podem representar uma tentativa de diminuir a validade do ativismo político de Erika e até mesmo a sua reação diante da possibilidade de retiradas de direitos LGBTQIA+, insinuando que sua reação é exagerada ou inadequada, atribuindo a ela uma emocionalidade excessiva. Essa estratégia visa desviar a atenção do conteúdo do ativismo, transformando a interação em uma questão emocional. Historicamente, essa tática tem sido amplamente empregada para desqualificar discursos e denúncias formuladas por mulheres, ancorando-se em estereótipos de gênero que associam a feminilidade à emoção e a masculinidade à racionalidade, reforçando, assim, hierarquias de poder e credibilidade no espaço público.

Neste mesmo sentido, a aparência de Erika se torna alvo de ataques, em que a transfobia nega sua identidade de gênero, enquanto simultaneamente há uma imposição de padrões estéticos sobre ela. A estigmatização de sua imagem aparece associada a uma cobrança sobre sua aparência, como se a sua representatividade e competência estivessem intrinsecamente ligadas a um padrão estético feminino estereotipado: “Nossa essa voz... Parece filme



de terror...👊👊👊👊👊” (RT12); “*Breve mostra do inferno*” (RT11); “*Olha quanta gente esquisita!*” (RT11). Sua aparência é descrita como uma ‘amostra de inferno’, numa associação com demônios que parece buscar desumanizá-la. O seu tom de voz é colocado como algo aterrorizante. Essas formas de opressão se entrelaçam, confrontando Erika com a negação de sua identidade enquanto a contrapõe com padrões estereotipados de feminilidade e de beleza feminina.

As estratégias discursivas empregadas por usuários no *Twitter* elucidam o impacto político de Erika Hilton na mobilização em relação à união homoafetiva. De um lado, Erika é colocada de forma ideal como protetora e inspiradora, ao mesmo passo que é atacada com preconceito transfóbico. De outro, o projeto de lei é defendido e combatido por meio de diferentes tópicos, revelando o campo de disputas discursivas em torno da união homoafetiva.

O predomínio de *tweets* relativos à Érika, especialmente por meio da estratégia de idealização de Erika, parece igualar seu status ao de uma celebridade, na qual seus seguidores não são apenas eleitores, mas fãs dedicados. A figura do fã transcende a cultura pop e se estende ao campo político. Amaral, Souza e Monteiro (2015) enfatizam a interseção entre cultura pop, política e ativismo, apontando a relação entre o engajamento de fã-clubes em temas políticos e o envolvimento das ‘divas pop’ nesses temas. Embora esses estudos se concentrem no engajamento político de fãs de cantoras e performers, a ideia pode ser aplicada aos seguidores e apoiadores de Erika.

Apesar de inserida no campo político, Hilton parece ver seus eleitores e defensores agirem como fãs, uma posição estrategicamente sustentada por ela. Em entrevista, Erika destaca que as divas pop inspiram sonhos e crescimento, e ao se colocar como uma diva pop na política, ela quer atrair uma comunidade que se sente alheia à política tradicional e frequentemente a rejeita. Sua intenção é mostrar que, apesar de séria, a política trata sobre modos de vida e não precisa perder inspirações e referências.

Ao manter essa posição, Erika valida o que Amaral, Souza e Monteiro (2015) discorrem sobre a mobilização sustentada pela proximidade percebida com o ídolo. Essa conexão se estabelece pela imagem projetada pelo ídolo e se fortalece pelo compartilhamento de ideais, hábitos e experiências, criando uma sensação de intimidade. No entanto, Marwick e Boyd (2011) observam que essa intimidade é ilusória, caracterizando-se como uma interação unidirecional, sem a troca e profundidade de uma relação dialógica. Nas interações nos seus *tweets*, embora a maioria dos seus seguidores se

posicione como apoiadores de seu ativismo, ajudando a manter sua influência e relevância, ao mesmo tempo que buscam proximidade e intimidade com ela, essa busca não implica na existência de uma relação recíproca. Assim, a mobilização é sustentada pela percepção de proximidade, mas a interação permanece majoritariamente unilateral, com os seguidores se mobilizando e respondendo na esperança de uma reação. Dessa maneira, a conexão com os seguidores fortalece sua relevância e engajamento, mas sem alterar a assimetria que caracteriza essas relações nas redes sociais.

Além disso, o apoio ao ativismo e a estratégia de resistência ao projeto que proíbe a união homoafetiva surgem de uma recusa às normas estabelecidas e de um reconhecimento de modos familiares dissidentes. Segundo Borrillo (2018), em uma sociedade organizada a partir de uma matriz heteronormativa e heterossexista, o casamento e a constituição familiar são, em grande parte, instrumentalizados para a perpetuação dessas estruturas. Os usuários, ao questionarem e redefinirem as concepções de família, utilizam o discurso como ferramenta para legitimar e construir novas concepções de casamento e vida familiar. A visão de família deixa de ser centrada no biológico reprodutivo e na religião, assumindo um caráter de acordo voluntário e contratual entre indivíduos e um espaço de legitimação de afetos.

Em relação às estratégias de recusa da união homoafetiva e a rejeição à comunidade LGBTQIA+, Salles, Mattos e Santini (2024) e Dalmolin, Castilho e Feliciani (2019) discutem como esses posicionamentos possuem características de um modo de ativismo, especificamente um ativismo conservador evangélico. Tem como objetivo maior de suas ações tornar universais os valores que lhes são próprios, buscando ‘normalizar’ comportamentos que consideram ‘desviantes’. Esses grupos atuam de forma reacionária, confrontando propostas que consideram contrárias a seus valores e à sua moral. Dessa maneira, a mobilização é vista por essa parcela dos usuários como defesa do tradicionalismo e das normas sociais vigentes. Eles reforçam valores morais de um cristianismo tradicional, concentrando-se em questões familiares, de gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

Segundo Silva, Maciel e França (2020), o pensamento conservador, pautado no cristianismo tradicional, é utilizado como instrumento estratégico para a manutenção da ordem vigente, capitalista e patriarcal, que atua por meio da difusão de preconceitos e ódio. Essa aliança entre conservadorismo e fundamentalismo religioso age como mecanismo de controle social, fortalecendo normas patriarcais, a moral sexual restritiva e a naturalização das desigualdades, apresentando-as como princípios inquestionáveis.

A instituição familiar também funciona como mecanismo de controle social, garantindo a reprodução de um modelo que sustenta a acumulação primitiva e a retomada dos ganhos capitalistas. Na sociedade patriarcal capitalista, constituir família não é apenas uma escolha individual, mas uma forma de reconhecimento social. Quando esse direito é negado pelo Estado, os espaços de visibilidade e pertencimento são ainda mais restringidos. Os sujeitos subjetivados no capitalismo tendem a reproduzir, mesmo em seus espaços mais íntimos, as expectativas e contradições desse sistema. Isso não ocorre necessariamente por concordância com a cis-heteronorma monogâmica imposta, mas porque sua identidade e percepção de mundo são moldadas dentro desse padrão. Abrir mão dessa expectativa significa, simultaneamente, renunciar a um suposto pertencimento e questionar estruturas que oferecem uma ilusão de segurança e reconhecimento social (Santos, 2025).

Há uma disputa discursiva em relação à concepção de família e casamento. Enquanto na estratégia de resistência ao projeto há um questionamento das motivações biológicas e reprodutivas na definição familiar, na estratégia de recusa à união homoafetiva, a biologia e a religião são tópicos centrais para definir a família. Segundo Chaitin, Steinberg e Steinberg (2017), no Twitter, em relação a temas políticos e sociais, há uma tentativa de manter um discurso como uma verdade absoluta. Para esse fim, os argumentos se baseiam na biologia e na religião, que ocupam um lugar socialmente considerado irrefutável. A violência e o “humor” são empregados como estratégias para, de maneira coercitiva, sustentar essa dominação.

O uso de violência e de zombarias também se reflete na estratégia de desqualificação preconceituosa de Erika. Butler (2021) argumenta sobre como discursos de ódio não visam apenas ofender, mas também subordinar e marginalizar a pessoa atacada. Eles utilizam estigmas e vulnerabilidades sociais para desacreditar e deslegitimar a voz da pessoa, focando não na substância do que é dito, mas na invalidação de quem está falando. Nesse contexto, os ataques a Erika não são meramente pessoais ou isolados, mas representam um padrão maior de opressão e silenciamento.

Segundo Simakawa (2016), pessoas trans são constantemente colocadas em uma posição de subalternidade por práticas e racionalidades que estabelecem a cisgeneridade como norma regulatória. A sociedade cria e mantém regras rígidas que definem como os corpos devem ser, colocando as identidades cisgêneras como padrão. Qualquer desvio dessa norma é visto como ameaça à ordem estabelecida, e a transfobia se torna uma resposta violenta a essa ameaça. Essa violência não é apenas física, mas

também simbólica, buscando reforçar as normas sociais que marginalizam as identidades trans (Silva, 2019). A figura de Erika é emblemática nesse cenário. Ao ocupar um lugar de poder e prestígio na política, ela desafia diretamente as normas que regulam e marginalizam corpos trans. Sua presença em um espaço de destaque não apenas questiona as regras estabelecidas, mas também representa uma forma de resistência contra a marginalização. Os discursos de ódio, tendo como instrumento a transfobia contra Erika, são, portanto, uma tentativa de diminuir sua importância e visibilidade. Eles não visam apenas enfraquecer sua posição política, mas também reforçar as normas sociais que marginalizam as pessoas trans.

## Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo caracterizar as estratégias discursivas utilizadas por usuários do *Twitter* (X) em resposta ao ativismo digital de Erika Hilton em relação à união homoafetiva em 2023. Há um complexo panorama de discursos e representações sobre Erika enquanto deputada trans e ativista, bem como sobre a união homoafetiva, situando os *tweets* como formas de resistência e contra-resistência discursiva no embate político, refletindo uma dinâmica de poder e contestação.

Este estudo teve como limitação a análise de apenas uma temática, o projeto de lei que proíbe a união homoafetiva. O recorte temporal também impediu o acompanhamento contínuo da trajetória do ativismo de Erika nessa temática. Não foram analisados os recursos visuais (memes, gifs e imagens) presentes nos *tweets* e que podem configurar formas criativas de interação e ativismo. Ademais, foi analisado apenas um espaço de ativismo digital de Erika, o *Twitter*. Ressalta-se que o ativismo da deputada ocorre em outros espaços, tanto no mundo online quanto no offline.

Em relação às implicações práticas, este estudo contribui ao trazer novos entendimentos sobre as dinâmicas discursivas, convidando à reflexão sobre as possibilidades e limites do ativismo digital. Pesquisas futuras, além de investigar a atuação da deputada em outros temas, poderiam explorar outras mídias para identificar variações nas reações e nas possibilidades de ativismo digital. Além disso, é importante investigar os diversos métodos que Erika utiliza para seu ativismo, as suas próprias mensagens e como isso é recebido pelo público. De maneira complementar, o estudo do ativismo digital de outros políticos LGBTQIA+ pode contribuir para a construção de compreensões mais amplas sobre esse fenômeno, evidenciando tanto suas comunalidades quanto suas especificidades.

## Referências

- ABOUID, P. O.; JOSEPHSON, J. Z. A. Fissuras nos espaços público e político: um olhar pelo perfil de Érika Hilton no Twitter. **Asas da Palavra**, v. 20, n. 1, p. 225-244, 2023. <https://doi.org/10.17648/asas.v20i1.2943>.
- AMARAL, A.; SOUZA, R. V.; MONTEIRO, C. “De westeros no #vemprarua à shippagem do beijo gay na TV brasileira”. *Ativismo de fãs: Conceitos, resistências e práticas na cultura digital*. **Galáxia**, São Paulo, n. 29, p. 141-154, jan./jun. 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120250>.
- BATISTA, J. C. **Apropriações ativistas em sites de redes sociais**: Cartografia das ações coletivas no twitter. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BORRILLO, D. Por uma teoria queer do direito das pessoas e das famílias. In: SEFFNER, F.; RIOS, R. R.; BORRILLO, D. **Direitos sexuais e direitos de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Editora da UFCSPA, 2018. p. 15-32.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Gabinete do Deputado Pastor Eurico. **Relatório sobre o Projeto de Lei n. 580/2007**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostra\\_rintegra?codteor=2342817&filename=Parecer-CPASF-2023-10-10](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostra_rintegra?codteor=2342817&filename=Parecer-CPASF-2023-10-10). Acesso em: 15 jan. 2024.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- BURR, V. **An introduction to social constructionism**. London: Routledge, 2006.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio**: Uma política do performativo. Tradução: André Rios, Monique Hulshof. São Paulo: UNESP Digital, 2021.
- CHAITIN, J.; STEINBERG, S.; STEINBERG, S. Polarized words: discourse on the boycott of Israel, social justice and conflict resolution. **International Journal of Conflict Management**, v. 28, n. 3, p. 270-294, 2017. <https://doi.org/10.1108/IJCM-05-2016-0029>.
- CHERY, S. Pop icons are ‘mothers’ now. **The Washington Post**, 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2023/03/25/mother-lgbtq-ballroom-expression>. Acesso em: 17 jan. 2024.

**CPI das Divas Pop com ERIKA HILTON** - EP1. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (120 min). Publicado pelo Canal Samira Close. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9n6H2btLwRM>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DALMOLIN, A. R.; CASTILHO, M. M.; FELICIANI, M. Z. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 273-286, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1724>.

ENGESSER, S. *et al.* Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 8, p. 1109-1126, 2017. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1207697>.

FREITAS, M. R. O. **(Trans)Ciberativismo, Saberes e Vivências de Travestis No Twitter: Um Estudo Sobre (Re)Construção Discursiva**. 2023. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

HON, L. Digital Social Advocacy in the Justice for Trayvon Campaign. **Journal of Public Relations Research**, v. 27, n. 4, p. 299-321, 2015. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2015.1027771>.

MARGOLIN, D. #Hamas: A Thematic Exploration of Hamas's English-Language Twitter. **Terrorism and Political Violence**, v. 34, n. 6, p. 1076-1101, 2022. <https://doi.org/10.1080/09546553.2020.1761343>.

MARWICK, A.; BOYD, D. To see and be seen: Celebrity practice on Twitter. **Convergence**, v. 17, n. 2, p. 139-158, 2011. <https://doi.org/10.1177/1354856510394539>.

OLIVA, G. Deputados lançam Frente LGBT+ em resposta a projeto que proíbe união homoafetiva. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/congresso/deputados-lancam-frente-lgbt-em-resposta-a-projeto-que-proibe-uniao-homoafetiva-1.3237226>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RECUBER, T. Race, racism and mnemonic freedom in the digital afterlife. **Information, Communication & Society**, v. 24, n. 5, p. 684-699, 2021. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2021.1874474>.

ROSSETTO, G. P. N.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 189-216, 2013. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.49>.

SALLES, D.; MARTINS, B. M. M.; SANTINI, R. M. “Deus, Pátria, Família e Liberdade”: a radicalização política no ecossistema de mídia evangélica digital no Brasil. **Mídia e Cotidiano**, v. 18, n. 1, p. 25-52, 2024. <https://doi.org/10.22409/rmc.v18i1.59933>.

SALLES, S. Por que o casamento homoafetivo voltou a ser assunto no Brasil? **Jornal da USP**, São Paulo, 25 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/por-que-o-casamento-homoafetivo-voltou-a-ser-assunto-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, H. C. **A transnacionalização da cultura dos Ballrooms**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SANTOS, G. C. Sim, queremos destruir a família: direitos LGBTQIAPN+ e manutenção do capitalismo. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 21, p. 93-102, 2025.

SCHMITTEL, A.; SANDERSON, J. Talking about Trayvon in 140 characters: Exploring NFL players’ tweets about the George Zimmerman verdict. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 39, n. 4, p. 332-345, 2015. <https://doi.org/10.1177/0193723514557821>.

SILVA, D. C. P. **Quando dizer é violentar: violência linguística e transfobia em comentários online**. Salvador: Editora Devires, 2019.

SILVA, S. M. P.; MACIEL, V. V.; FRANÇA, M. H. O. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2020.v23n2p256>.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Recebido em dezembro de 2024.

Aprovado em maio de 2025.